

Política

GESTÃO PÚBLICA

# Verba para asfalto não tem data de liberação

Ao todo, 110 municípios gaúchos aguardam repasse de R\$ 162 milhões da União para investimento em infraestrutura

Fernanda Nascimento

fernanda.nascimento@jornalcomercio.com.br

Os prefeitos gaúchos saíram frustrados da reunião com o ministro das Cidades, Gilberto Kassab (PSD). Durante visita ao Rio Grande do Sul, ontem, o ministro se reuniu com prefeitos e representantes da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), no Palácio Piratini, para discutir a liberação de recursos do programa Pró-Transporte. Apesar da expectativa, a única sinalização apresentada por Kassab é de que os recursos "podem ser" liberados ainda neste ano.

Diante do momento difícil para a política nacional, o presidente da Famurs, Luiz Carlos Folador (PT), avaliou o encontro "positivo", na medida em que Kassab garantiu

que os recursos serão mantidos - mesmo sem data para liberação. "Temos 110 municípios aguardando a liberação de R\$ 162 milhões, para que possam assinar o contrato com a Caixa Econômica Federal. Ele não deu expectativa, porque é um momento de crise, mas vai negociar com o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa", disse.

Em entrevista coletiva, Kassab disse acreditar na liberação dos recursos em 2015, mas não apresentou um calendário para o pagamento. O ministro sinalizou ainda que deve atender à reivindicação de ampliação no prazo para a inscrição de projetos, prevista inicialmente para 30 de março. Com a mudança, a Famurs espera ajustar projetos que não preencheram de forma adequada aos requisitos. Incluído no orçamento do Ministério das Cidades por des-



Cairolí (c) mediou reunião entre ministro Kassab (e) e Folador, da Famurs

tinhar recursos para investimentos em pavimentação, calçamento, asfaltamento e sinalizações de trânsito nas cidades, os empréstimos viabilizados pelo Pró-Transporte, via Caixa Econômica Fed-

eral, são considerados cruciais para os municípios gaúchos.

Além da Famurs, Kassab também se reuniu com dirigentes da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metro-

plan) e da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). "Com a Corsan, nos comprometemos a identificar uma verba para que os projetos possam ser desenvolvidos e, quando passar o momento de crise, licitados", disse. Para os representantes da Metroplan, Kassab afirmou que tentará encaminhar investimentos para obras.

Questionado sobre o andamento das discussões sobre o metrô de Porto Alegre, Kassab afirmou que representantes do ministério debaterão o tema amanhã. O empecilho segue sendo a falta de condições financeiras do Estado para assumir as contrapartidas. "Precisamos encontrar uma forma de o Estado pagar estas contrapartidas", disse. A estimativa é de que a obra custe R\$ 8 bilhões e o Executivo precise arcar com R\$ 1,8 bilhão.

## Minha Casa Minha Vida terá R\$ 14 bilhões de recursos em 2016

O ministro das Cidades, Gilberto Kassab (PSD), afirmou ontem que a pasta tem, para 2016, um volume de recursos estimado em R\$ 16 bilhões - aproximadamente R\$ 14 bilhões para o programa Minha Casa Minha Vida e outros R\$ 2 bilhões para outras áreas de atuação, como saneamento, mobilidade e desenvolvimento urbano.

"Todos sabem que, de 2014 para 2015, tivemos uma queda no volume de investimentos no País com recursos da União. Em 2016, vamos manter o patamar de 2015", disse durante coletiva em Porto Alegre. Segundo o ministro, dos R\$ 14 bilhões que devem ser destinados ao Minha Casa Minha Vida, R\$ 9 bilhões são vinculados às unidades em construção da fase 2 do programa. O programa habitacional, uma das principais vitrines da presidente Dilma Rousseff (PT), terá prosseguimento com a fase 3, mas

o governo já sinalizou que a terceira etapa será ajustada à disponibilidade orçamentária. "A fase 1 e a fase 2 já contrataram aproximadamente 4,3 milhões unidades habitacionais. Dessas, 2,5 milhões já foram entregues, e as restantes estão com recursos assegurados para término até maio ou junho de 2017", disse Kassab.

Questionado sobre a paralisação de obras da fase 2 do programa, ele argumentou que o problema não tem "nenhuma vinculação" com falta de verbas. "São centenas de empresas desenvolvendo centenas de projetos. Há empresas que, ao longo do tempo, quebram, têm problemas, e a legislação já prevê a sua substituição. Existe toda uma burocracia a ser preenchida, mas o mais rapidamente possível haverá novas empresas designadas para dar continuidade às obras", explicou.

CRISE FINANCEIRA

## LRF estadual é discutida em reunião no MP

Entidades do Poder Judiciário e instituições autônomas se reuniram ontem, na sede do Ministério Público (MP) do Rio Grande do Sul, com o procurador-geral de Justiça, Marcelo Dornelles. AMP, Ajuris, Adpergs e Ceape-Sindicato solicitaram a interposição da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que contesta a validade da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estadual, sancionada no início do ano pelo governador José Ivo Sartori (PMDB). Na opinião dos líderes classistas, a lei estadual, ao impor restrições, interfere na independência econômica e administrativa dos Poderes e instituições. Alegam, ainda, que o texto aprovado põe em risco a função legislativa, já que descaracteriza



a atividade parlamentar de apreciar e definir como Poder as questões orçamentárias e financeiras do Estado. A representação requer, ainda, que seja analisada a

necessidade de postular uma medida cautelar, tendo em vista as consequências sobre os Poderes e instituições com autonomia administrativa e financeira.

CONGRESSO NACIONAL

## Senado vota nomes de embaixadores e indicação para o Dnit na volta das atividades

Na volta do recesso parlamentar, o Senado vai votar a indicação de Zenik Krawtuschuk para a embaixada do Brasil em Granada e a nomeação de Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão para chefiar a representação brasileira na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Zenik

Krawtuschuk, que atualmente é embaixador do Brasil em Honduras, foi sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores no início de dezembro do ano passado. Ele relatou aos senadores a preocupação dos granadinos com o aquecimento global e o conseqüente aumento do nível do mar, pois Granada cor-

re o risco de ficar submersa.

Na mesma reunião, também foi sabatinado Mourão, que sugeriu uma proximidade maior do Senado com CPLP. A comunidade lusófona é integrada por nove países - Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e

Príncipe e Timor-Leste. O plenário também examinará a indicação de Erick Moura de Medeiros para o cargo de diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A nomeação de Medeiros foi aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura em

dezembro. Durante a sabatina da comissão, Medeiros observou que o Brasil dispõe de 28 mil quilômetros de rios navegáveis, aos quais podem ser acrescentados outros 15 mil quilômetros se forem realizadas algumas obras. O transporte hidroviário, apontou, é mais barato e menos poluente.